

VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICACOES E INFORMÁTICA S/A. - CNPJ: 05.872.814/0001-30																				
Relatório da Administração																				
Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S/A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os membros da Diretoria encontram-se à disposição para prestar esclarecimentos a respeito desses documentos. São Paulo - SP, 10 de abril de 2026.																				
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)																				
	Notas	31/12/2025	31/12/2024		Notas	31/12/2025	31/12/2024													
Ativo				Passivo e patrimônio líquido																
Ativo circulante				Passivo circulante																
Caixa e equivalentes de caixa	4	129.984	209.834	Empréstimos e financiamentos		1.080	10													
Contas a receber	5	219.520	168.904	Passivo de arrendamento	12b	109.891	104.954													
Tributos a recuperar	6	31.508	56.706	Debêntures privadas	13	19.210	68.169													
Estoque		11.531	16.799	Fornecedores	16	113.579	129.258													
Despesas antecipadas	7	78.520	65.654	Salários, provisões e encargos sociais	14	28.339	36.685													
Outros créditos		10.969	9.754	Impostos taxas e contribuições	15	19.628	22.806													
Total do ativo circulante		482.032	527.651	Titulos a pagar		9.552	26.687													
Ativo não circulante				Receitas antecipadas		6.035	6.136													
Contas a receber	5	-	385	Outras obrigações		10.179	12.485													
Tributos a recuperar	6	52.115	53.592	Total do passivo circulante		317.493	407.190													
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	25.425	9.130	Passivo não circulante																
Despesas antecipadas	7	65.269	89.186	Empréstimos e financiamentos		4.291	5.364													
Depósitos judiciais	17	1.116	1.145	Passivo de arrendamento	12b	181.214	142.750													
Direito indenizatório de provisões	9	35.001	37.779	Debêntures privadas	13	163.333	126.666													
Outros créditos		9.854	2.815	Provisões	17	87.017	71.184													
Total do realizável a longo prazo		188.780	194.032	Receitas antecipadas		10.202	13.068													
Investimento		126	126	Salários, provisões e encargos sociais	14	-	1.111													
Imobilizado	10	1.628.997	1.731.587	Outras obrigações		2.990	2.618													
Intangível	11	310.583	326.819	Total do passivo não circulante		449.047	362.761													
Ativo de direito de uso	12a	251.804	212.133	Patrimônio líquido	18															
Total do ativo não circulante		2.380.290	2.464.697	Capital social		2.639.407	2.814.407													
Total do ativo		2.862.322	2.992.348	Prejuízos acumulados		(543.625)	(592.010)													
				Total do patrimônio líquido		2.095.782	2.222.397													
				Total do passivo e do patrimônio líquido		2.862.322	2.992.348													
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras																				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)																				
		Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados		Total														
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		2.099.618	-	(420.785)		1.678.833														
Resultado do exercício		-	-	(173.081)		(173.081)														
Incorporação de Companhia (Algar Multimídia)		714.789	-	-		714.789														
Variação patrimonial no processo de incorporação da Algar Multimídia		-	1.856	-		1.856														
Reclassificação para absorção com prejuízos acumulados		-	(1.856)	1.856		-														
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.814.407	-	(592.010)		2.222.397														
Resultado do exercício		-	-	48.385		48.385														
Redução de capital com restituição a acionista		(175.000)	-	-		(175.000)														
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.639.407	-	(543.625)		2.095.782														
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras																				
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 - (Em milhares de reais)																				
1. Contexto operacional - A Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. (“Vogel” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede e foro na cidade São Paulo (SP), e é regida pela Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores (Lei das sociedades por ações), pelo seu Estatuto social e demais normas e disposições legais aplicáveis. A Companhia tem por objeto social a comercialização de equipamentos e sistemas de telecomunicações e informática; a prestação de serviços de telecomunicações; a representação, distribuição, aquisição, locação e a venda e marketing de equipamentos relacionados à indústria de telecomunicações, entre outros.																				
Outorgas para exploração de serviços de telecomunicações - Os serviços ofertados pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos, e possui a seguinte autorização:																				
Outorga	Área de abrangência	Vencimento																		
Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM e do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado																		
Termo único de autorização para exploração de serviços de telecomunicações - Em 16 de dezembro de 2025, a Algar Telecom e a Vogel celebraram com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) o Termo Único de Autorização para Exploração de Serviços de Telecomunicações. Esse Termo passou a consolidar todas as outorgas para a prestação de serviços de telecomunicações e a adaptar o regime de concessão do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC) para o regime de autorização, mantendo-se o direito de exploração do referido serviço, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.																				
Evento societários ocorridos em 2025 - Redução do capital social da Companhia - Em 11 de agosto de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Companhia no montante de R\$175 milhões, valor este restituído à sua acionista Algar Telecom, detentora de 100% do capital social desta sociedade. A redução de capital foi realizada sem o cancelamento de ações.																				
Eventos societários ocorridos em 2024 - a) Incorporações de sociedade - Em 1º de abril de 2024, a Companhia incorporou a empresa ligada Algar Multimídia S/A, que era, até então, uma controlada direta da Algar Telecom S.A. A referida incorporação foi aprovada pela assembleia geral extraordinária, e teve como base o protocolo e justificação, bem como o laudo de avaliação, que apurou o acervo líquido da sociedade incorporada, cujos saldos contábeis considerados foram os de 31 janeiro 2024. Os saldos efetivamente incorporados em 01/04/2024 foram os de 31/03/2024, conforme apresentado a seguir:																				
											31/03/2024									
Ativo											Algar Multimídia									
Ativo circulante																				
Caixa e equivalentes de caixa											156.325									
Contas a receber											91.059									
Estoque											2.104									
Tributos a recuperar											19.442									
Despesas antecipadas											16.557									
Outros											7.405									
Total do ativo circulante											292.892									
Ativo não circulante																				
Tributos a recuperar											10.809									
Despesas antecipadas											1.786									
Imobilizado											530.890									
Intangível											67.519									
Ativo de direito de uso - arrendamento											162.580									
Outros											2.965									
Total do ativo não circulante											776.549									
Total do ativo											1.069.441									
Passivo																				
Passivo circulante																				
Passivo de arrendamento											49.391									
Fornecedores											45.423									
Impostos, taxas e contribuições											6.899									
Salários, provisões e encargos sociais											2.430									
Dividendos a pagar											13.287									
Outras obrigações											7.224									
Total do passivo circulante											124.654									
Passivo não circulante																				
Passivo de arrendamento											133.747									
Imposto de renda e contribuição social diferidos											63.786									
Provisões											29.990									
Outras obrigações											618									
Total do passivo não circulante											228.141									
Total do passivo											352.795									
Acervo contábil líquido											716.646									
b) Avaliação da metodologia de cálculo da perda esperada de recebíveis - No intuito de manter os montantes de recebíveis devidamente mensurados e alinhados, tanto com os normativos contábeis, notadamente o IFRS 9 (CPC 48 Instrumentos financeiros, quanto com as melhores práticas de mercados aplicáveis ao negócio, a Companhia vem monitorando a sua base de contas a receber, tendo como fundamentos essenciais o entendimento detalhado do perfil dos clientes. Com base nas análises realizadas, e com o devido aprofundamento acerca do histórico dos títulos vencidos, observou-se que a inadimplência é, em grande parte, motivada pelo contexto econômico em curso, e pelo seu recorrente desfavorcimento ao consumidor final, comprometendo a sua capacidade de administração dos seus débitos. Considerando todas as premissas avaliadas, envolvendo o montante de recebíveis vencidos, a Companhia concluiu pela alteração na metodologia de cálculo da perda esperada, tanto para o segmento B2C quanto para o B2B, cuja adoção ocorreu no segundo e terceiro trimestres de 2024, respectivamente, gerando efeitos prospectivos. A Companhia estabeleceu para fins de análise dos valores para destinação e apuração de resultados por áreas de negócios, que a metodologia utilizada no cálculo da perda esperada para a carteira da Algar Telecom (adequada às estimativas e aos requisitos de IFRS-09/CPC48), tenha as seguintes áreas: Residencial, Empresarial, Corporativo, Governo, Operadoras e Grandes Operadoras. O modelo de estimativa da perda esperada adotado pela Companhia consiste na provisão integral de todos os títulos vencidos acima de 180 dias para os clientes do segmento residencial (B2C) e empresarial (MPE), e títulos vencidos acima de 360 dias para os clientes do segmento B2B (Corporativo, Operadoras, Governo e Grandes Operadoras), bem como as diversas naturezas de débitos enquadrados nesta faixa de vencimentos. A alteração acima mencionada resultou no reconhecimento, em junho de 2024, de um complemento de provisão para o segmento B2C de R\$1.097 e, em setembro de 2024, com a conclusão da análise do segmento B2B, a Companhia efetuou uma provisão adicional, contra o resultado, de R\$18.435.																				
2. Bases de preparação e apresentação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) - As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e pelos padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em xx de abril de 2026 .																				
b) Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. d) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com a legislação societária vigente e normas contábeis aplicáveis, exige uma série de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre os principais julgamentos adotados pela Companhia na aplicação de suas políticas contábeis, que afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como aquelas relacionadas às incertezas associadas a premissas e estimativas com risco significativo de resultar em ajustes materiais no próximo exercício financeiro, incluindo, entre outros, critérios de provisões, taxas de desconto e análise de risco, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas: · Nota Explicativa nº 5 e																				
nº 3 - Contas a receber; · Nota Explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social; · Nota Explicativa nº 10 - Imobilizado; · Nota Explicativa nº 11 - Intangível; · Nota Explicativa nº 12 - Ativo de direito de uso; · Nota Explicativa nº 17 - Provisões e depósitos judiciais.																				
3. Informações materiais da política contábil - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados. a) Transações em moeda estrangeira - As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício. b) Ativos circulantes e não circulantes - i) <i>Caixa e equivalentes de caixa</i> - Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras considerados de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo e que são resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de sua aplicação. ii) <i>Imobilizado</i> - <i>Reconhecimento e mensuração</i> - Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria entidade incluem o custo de materiais, custo de empréstimos e salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que ele esteja em condições de ser utilizado para os fins previstos pela entidade, além de custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais esses ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte desse ativo. Quando partes de um item do ativo imobilizado possuem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação. Os ganhos e as perdas na alienação de itens do ativo decorrem da diferença entre o valor de alienação e o valor contábil líquido, correspondente ao custo do ativo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício, na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. Em 31 de dezembro de 2025 os saldos do ativo imobilizado da Companhia foram submetidos ao teste de recuperabilidade, conforme descrito na nota explicativa nº 11b.																				
<i>Custos subsequentes</i> - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. <i>Depreciação</i> - A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:																				
											Vida útil média em anos									
											31/12/2025 31/12/2024									
Imobilizado																				
Edifícios e benfeitorias											27 27									
Equipamentos de transmissão											21 21									
Equipamentos de comutação											9 9									
Equipamentos de terminais											5 5									
Móveis e utensílios											9 9									
Equipamentos de energia e climatização											9 9									
Infraestruturas											29 29									
Veículos											5 5									
Equipamentos de processamento de dados											7 7									
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.																				
iii) <i>Intangível</i> - <i>Ágio</i> - O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos identificáveis assumidos. Caso a reavaliação conclua que os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa. O ágio por rentabilidade futura, resultante de uma aquisição de negócios, é submetido ao teste de recuperabilidade pelo menos anualmente e, quando aplicável, é apresentado deduzido de eventuais ajustes para refletir o valor recuperável.																				
<i>Autorizações</i> - A Companhia reconhece um ativo intangível, decorrente de contratos de autorização, quando comprovada a utilização pelos usuários finais de infraestrutura ou de algum direito de exploração, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência - PPDUR e direito de uso de Backbone, entre outros.																				
<i>Outros ativos intangíveis</i> - As licenças de programas de computador (“softwares”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.																				
<i>Gastos subsequentes</i> - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados ao ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.																				
<i>Amortização</i> - As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:																				
											Vida útil média em anos									
											31/12/2025 31/12/2024									
Intangível																				
Sistemas de informação											7 7									
Direito de uso de backbone											15 15									
Marcas e patentes											5 5									
Outorgas e Direito de Uso											9 9									
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência											9 9									
Desenvolvimento de soluções tecnológicas											5 5									
Carteira de Cliente											5 5									
iv) <i>Ativos financeiros</i> - <i>Reconhecimento inicial</i> - Um ativo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a Companhia realiza uma classificação do mesmo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”) e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo. A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros é reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação.																				
<i>Desreconhecimento de ativo financeiro</i> - Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento.																				
<i>Classificação de instrumentos financeiros</i> - A classificação do ativo financeiro tem por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A classificação do valor justo observa, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios: (i) a parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício. O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições: · o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; · os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições: · o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; · os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal. Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que																				

VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICACOES E INFORMÁTICA S/A. - CNPJ: 05.872.814/0001-30									
Remuneração dos administradores - As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários são computadas como custos e despesas do exercício, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes, estão apresentadas a seguir:									
	31/12/2025	31/12/2024							
Salários e outros benefícios de curto prazo									
Diretoria executiva:									
Remuneração fixa	1.754	4.045							
Remuneração variável	-	275							
Previdência privada	36	126							
	1.790	4.446							
20. Receita operacional líquida	31/12/2025	31/12/2024							
Conectividade	762.726	749.903							
TIC	510.340	408.950							
Banda larga	41.623	33.483							
Outros	102.241	54.763							
Receita operacional bruta	1.416.930	1.247.099							
Impostos e deduções	(240.535)	(219.542)							
Receita operacional líquida	1.176.395	1.027.557							
21. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	31/12/2025	31/12/2024							
Pessoal	(114.011)	(145.836)							
Materiais	(12.441)	(17.372)							
Serviços de terceiros	(277.264)	(198.819)							
Custo de conexão e interconexão	(40.904)	(43.757)							
Aluguéis e seguros	(9.013)	(36.447)							
Depreciação e amortização	(270.148)	(219.695)							
Depreciação de direito de uso	(131.255)	(99.445)							
Outros	(4.120)	(3.783)							
	(859.156)	(765.154)							
22. Despesas com vendas	31/12/2025	31/12/2024							
Pessoal	(33.289)	(112.298)							
Serviços de terceiros	(80.121)	(70.733)							
Propaganda e publicidade	(6.319)	(9.071)							
Provisão para perda esperada de contas a receber	(24.092)	(27.861)							
Depreciação e amortização	(5.940)	(6.299)							
Outros	(2.836)	(224)							
	(152.597)	(226.486)							
23. Despesas gerais e administrativas	31/12/2025	31/12/2024							
Pessoal	(27.730)	(49.863)							
Serviços de terceiros	(44.079)	(67.852)							
Aluguéis e seguros	(1.818)	(2.042)							
Depreciação e amortização	(9.750)	(9.406)							
Outras	(3.031)	(6.736)							
	(86.408)	(135.899)							
24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31/12/2025	31/12/2024							
(Constituição) reversão de provisões, líquido	(13.586)	(2.850)							
Multas sobre serviços de telecomunicações e contratuais	9.219	14.276							
Ganho/perda com imobilizado e intangíveis	(8.720)	(14.086)							
Amortização de mais-valia	-	(285)							
Recuperação de tributos	11.009	3.188							
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	47	(20.331)							
	(2.031)	(20.088)							
25. Resultado financeiro líquido	31/12/2025	31/12/2024							
Despesas financeiras									
Juros sobre empréstimos	(479)	(52)							
Juros sobre debêntures privada	(28.803)	(24.131)							
Descontos concedidos	(792)	(1.266)							
Encargos sobre provisões, impostos e taxas	(14.453)	(4.471)							
Taxas e tarifas bancárias	(448)	(538)							
Despesas de juros sobre arrendamentos	(25.782)	(23.494)							
Outras despesas financeiras	(2.212)	(5.113)							
Total despesas financeiras	(72.969)	(59.065)							
Receitas financeiras									
Receitas de aplicação financeira	23.655	20.645							
Juros sobre contas recebidas em atraso	1.848	1.388							
Juros impostos, taxas e contribuições	1.739	1.867							
Variações monetárias e cambiais	2.019	130							
Reversões de provisões	2.311	3.679							
Ajuste a valor presente	131	1.735							
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.301)	(1.038)							
Outras receitas financeiras	265	569							
Total receitas financeiras	30.667	28.975							
Resultado financeiro, líquido	(42.302)	(30.090)							
26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - A Companhia tem exposição aos seguintes riscos: a) Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e títulos de investimento. O ativo da Companhia, avaliado como sujeito a risco de crédito, suscetível de eventual perda, são as contas a receber da operação. Na avaliação da Administração, não há outros ativos relevantes sujeitos a esse tipo de risco. A Companhia monitora, continuamente, o crédito concedido aos seus clientes, bem como o nível de inadimplência. O risco de crédito de contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, abrangendo a exploração de serviços de provedor de Internet, implementação, operacionalização e gerência de soluções de conteúdo e conectividade para acesso, venda, licenciamento e cessão de uso de software, dentre outros serviços. Em razão de sua ampla base de clientes a Companhia não está sujeita aos riscos de concentração de receita em um universo específico de tomadores dos seus serviços. A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. A seguir, está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI:									
	31/12/2025	31/12/2024							
Aplicações financeiras (circulantes e não circulantes) - CDI	128.030	206.687							
Exposição líquida total	128.030	206.687							
b) Risco de liquidez - A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco. As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida estão apresentados abaixo:									
	31/12/2025	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos					
Passivos financeiros não derivativos:									
Passivo de arrendamento	291.105	369.605	186.065	147.705	35.835				
Empréstimos e financiamentos (FIDIC)	5.371	6.284	2.795	3.489	-				
Fornecedores	113.579	113.579	113.579	-	-				
Debênture privada a pagar	182.543	293.743	71.413	32.515	189.815				
Titulos a pagar	9.552	9.552	9.552	-	-				
Total	602.150	792.763	383.404	183.709	225.650				
c) Risco de mercado - Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios. <i>Risco de taxa de câmbio</i> - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, quando utilizadas pela Companhia, para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía dívida e nem recebíveis sujeitos a variações de taxas de câmbio. Além do passivo de debêntures privadas com a controladora Algar Telecom S.A, cuja análise de sensibilidade da taxa de juros está apresentada no quadro abaixo, a Companhia possui, desde outubro de 2024 um contrato de financiamento com o fornecedor Padtec, através do FIDC Funttel Padtec Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, para aquisição de equipamentos, licenças de software e prestação de serviços. O contrato, com saldo contábil de R\$5.370 em 31 de dezembro de 2025, possui prazo de 72 meses e taxa de remuneração de TR+7,0% a.a. Risco considerado não relevante, pela Companhia, no contexto de mercado. <i>Análise de sensibilidade - taxa de juros - debêntures privadas, líquido de aplicações financeiras</i> - Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures privadas) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2025, averiguando-se o impacto no resultado financeiro, líquido dos rendimentos das aplicações financeiras para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco. A Companhia efetuou a análise considerando os indexadores Taxa-DI na data base de 31 de dezembro de 2025, extraída das seguintes fontes externas, respectivamente: Cetip, IBGE e Banco Central do Brasil.									
	Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III					
	DI (%)	14,90%	18,63%	22,35%					
Resultado financeiro atrelado ao DI		8.122	10.153	12.183					
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário		-	2.031	4.061					
d) Risco operacional - Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios. O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da empresa, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia. A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim									
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras									
pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.									
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para									
de garantir as implementações e funcionamento adequados.									
e) Valores estimados de mercado - A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025: <i>Caixa e equivalentes de caixa</i> - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. <i>Contas a receber</i> - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. <i>Fornecedores</i> - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica. <i>Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas</i> - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, conforme abaixo, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI no final do período de relatório, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo.									
Segue abaixo a classificação dos instrumentos financeiros:									
	31/12/2025	Valor contábil	Valor justo						
Ativo:	Classificação								
Caixa e bancos	(b)	1.954	1.954						
Aplicações financeiras	(a)	128.030	128.030						
Contas a receber	(b)	219.520	219.520						
		349.504	349.504						
Passivo:									
Fornecedores	(b)	113.579	113.579						
Empréstimos e financiamentos (FIDIC)	(b)	5.371	3.799						
Debêntures privadas	(b)	182.543	177.933						
Titulos a pagar	(b)	9.552	9.552						
		311.045	304.863						
(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;									
(b) Custo amortizado									
f) Hierarquia de valor justo - Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação são apresentados conforme tabela abaixo. Os diferentes níveis são definidos como segue: · Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; · Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); · Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).									
	Ativos	31/12/2025 Aplicações financeiras	31/12/2024 Aplicações financeiras						
Nível 1		-	-						
Nível 2		128.030	206.687						
Nível 3		-	-						
Total		128.030	206.687						
27. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2025 a cobertura de seguros contra riscos operacionais, era composta por R\$508.206 para danos materiais e R\$1.145.022 para lucros cessantes. A cobertura para riscos com responsabilidade civil está suportada por seguro contratado no montante de R\$18.000.									
28. Transações que não afetaram o caixa - Os saldos das principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como segue:									
	31/12/2025	31/12/2024							
Aquisição de imobilizado e intangível, a pagar	13.858	31.846							
Direito de uso de ativos (IFRS 16), a pagar	187.772	130.028							
	201.630	161.874							
Diretoria									
Luiz Alexandre Garcia - Diretor Presidente									
Gustavo Uramoto Matsumoto - Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Estratégia e Regulatório									
Juliana Ribeiro de Afonseca - Diretora Vice-Presidente de Gente									
Márcio Estefan - Diretor Vice-Presidente de BU ServB e BU ServC									
Contador									
Rodrigo Carlos de Almeida - CRC-MG 133.077/O-4									
Aos Administradores e Acionistas da Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. São Paulo - SP Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e									